

# Saberes e Competências em Fisioterapia 2

**Anelice Calixto Ruh  
(Organizadora)**



**Atena**  
Editora  
Ano 2019

Anelice Calixto Ruh  
(Organizadora)

# Saberes e Competências em Fisioterapia 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © da Atena Editora  
**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Diagramação e Edição de Arte:** Lorena Prestes  
**Revisão:** Os autores

#### **Conselho Editorial**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
S115	Saberes e competências em fisioterapia 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Anelice Calixto Ruh. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Saberes e Competências em Fisioterapia; v. 2)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-318-7 DOI 10.22533/at.ed.187191404  1. Fisioterapia. 2. Fisioterapia – Estudo e ensino. 3. Saúde. I. Ruh, Anelice Calixto. II. Série.  <p style="text-align: right;">CDD 615.8</p>

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Cada vez mais observamos que a formação profissional deve ser completa e extensiva, chegando a ser extenuante com a evolução das tecnologias.

O aluno/profissional graduado deve estar atento aos novos acontecimentos, sendo assim é imprescindível o hábito da leitura de artigos científicos que nos trazem o que acontece de mais novo em avaliações, métodos de diagnóstico e tratamento.

Este compilado de 21 artigos contempla os saberes e competências em Fisioterapia nos atualizando sobre estes diversos temas relevantes da atualidade.

Além do hábito da leitura devemos nos conscientizar em extravasar nosso conhecimento para os demais profissionais, esta troca de experiências contribui para o desenvolvimento de atitudes e habilidades para o exercício profissional de forma segura e com qualidade.

Boa Leitura!  
Anelice Calixto Ruh

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
ALTERAÇÕES RESPIRATÓRIAS DA ENCEFALOPATIA CRÔNICA NÃO PROGRESSIVA DA INFÂNCIA	
Ricardo Rodrigues da Silva	
Julyane Caroline Moreira	
Amanda Raíssa Neves de Amorim	
Cíntia Maria Saraiva Araújo	
Marcella Cabral de Oliveira	
Janice Souza Marques	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1871914041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DA ISONIAZIDA PARA O ENFRENTAMENTO DA ILTB E TUBERCULOSE NO MUNICÍPIO DO RECIFE	
Talita Emanuely Henrique Leão	
Maria Nelly Sobreira de Carvalho Barreto	
João Maurício de Almeida	
Albérico Duarte de Melo Júnior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1871914042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>18</b>
ANÁLISE DOS ASPECTOS LEGAIS DE PRESCRIÇÕES DE MEDICAMENTOS ANTIMICROBIANOS RETIDAS EM UMA DROGARIA NO MUNICÍPIO DE CARUARU-PE	
Taysa Renata Ribeiro Timóteo	
Camila Gomes De Melo	
Cindy Siqueira Britto Aguilera	
Lidiany Paixão Siqueira	
Laysa Creusa Paes Barreto Barros Silva	
Emerson De Oliveira Silva	
Victor De Albuquerque Wanderley Sales	
Marina Luízy Da Rocha Neves	
Jéssica Maria Acioly Lins Santos	
Iasmine Andreza Basílio Dos Santos Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1871914043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>23</b>
A EFICÁCIA DA TERAPIA DE CONTENÇÃO INDUZIDA NO TRATAMENTO DE PACIENTES HEMIPARÉTICOS COM SEQUELA DE AVE	
Luanna Tenório Pinto Balbino	
Daniela Bandeira de Lima Lucena Brandão	
Maria do Desterro da Costa e Silva	
José Erickson Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1871914044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>36</b>
A ERGONOMIA E A ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	
Fernanda Queiroz Rego de Sousa Lopes	
Aline Macedo Carvalho Freitas	
Gleica Mirela Salomão Soares	
Manuela Matos Maturino	
Rosângela Souza Lessa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1871914045</b>	

<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>51</b>
A FISIOTERAPIA E SUA INTERSECÇÃO COM A SAÚDE MENTAL: BASES DA FORMAÇÃO ACADÊMICA E PRÁTICA	
Mara Cristina Ribeiro Murillo Nunes de Magalhães Rosamaria Rodrigues Gomes Kevan Guilherme Nóbrega Barbosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1871914046</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>62</b>
A PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E A INCLUSÃO ESCOLAR: UMA VISÃO COMPARADA A DOS SEUS PAIS/RESPONSÁVEIS	
Daniela Tonús Viviane Dutra Pires	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1871914047</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>78</b>
BENEFÍCIOS DO USO DA COMUNICAÇÃO SUPLEMENTAR ALTERNATIVA EM JOVEM COM DÉFICIT DE LINGUAGEM	
Síbila Floriano Landim Thalita Amorim Da Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1871914048</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>89</b>
CONCEPÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O ENVELHECIMENTO E A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Rosane Seeger da Silva Leatrice da Luz Garcia Roselene Silva Souza Cleide Monteiro Zemolin Elenir Fedosse	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1871914049</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>102</b>
EFEITOS DO KINESIOTAPING NA DISMENORREIA PRIMÁRIA EM JOVENS	
Sebastiana da Costa Figueiredo Juliana Aparecida Cesar de Sá Susi Mary de Souza Fernandes Denise Loureiro Vianna Alexandre Sabbag da Silva Gisela Rosa Franco Salerno	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18719140410</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>116</b>
ENGAGEMENT EM FISIOTERAPEUTAS DE PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL, APRIMORAMENTO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL EM SAÚDE	
Luciano Garcia Lourenção	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18719140411</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>129</b>
EPIDEMIOLOGIA E PREVALÊNCIA DA HIPERTENSÃO E DIABETES NO RIO GRANDE DO NORTE: ASPECTOS DA SAÚDE E SOCIOECONÔMICOS	
Ricardo Rodrigues da Silva Marcella Cabral de Oliveira	

Kaitlyn Monteiro de Souza  
Mariana Silva de Amorim  
Julyane Caroline Moreira  
Cíntia Maria Saraiva Araújo

**DOI 10.22533/at.ed.18719140412**

**CAPÍTULO 13 ..... 137**

FORTELECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL EM SAÚDE MENTAL: ESTRATÉGIAS E  
POSSIBILIDADES

Luís Felipe Ferro

**DOI 10.22533/at.ed.18719140413**

**CAPÍTULO 14 ..... 152**

GINÁSTICA ABDOMINAL HIPOPRESSIVA NO FORTALECIMENTO DOS MÚSCULOS ADBOMINAIS  
E SINTOMAS URINÁRIOS EM PUERPERAS

Thaismária Alves de Sousa

Estefânia Cristina Sousa Reis

Nayara Xavier Santana

Ricardo Mesquita Lobo

Tassio de Jesus

Wellington Reis Barroso Rocha

**DOI 10.22533/at.ed.18719140414**

**CAPÍTULO 15 ..... 161**

IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM FISIOTERAPÊUTICA NA OSTEOARTROSE ASSOCIADA À  
OSTEOPOROSE: UM RELATO DE CASO

Diana Corrêa Barreto-

Camila Carolina Brito Maia

Flávio Dos Santos Feitosa

Grenda Luene De Farias

**DOI 10.22533/at.ed.18719140415**

**CAPÍTULO 16 ..... 167**

INFLUÊNCIA DA VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA NA DISTROFIA MUSCULAR DE DUCHENNE (DMD)  
– UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Bianca Paraiso de Araujo

Beatriz Jaccoud Ribeiro

Angélica Dutra de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.18719140416**

**CAPÍTULO 17 ..... 179**

INFLUÊNCIA DO EXERCÍCIO FÍSICO NO TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTES  
COM ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA

(ELA) – METANÁLISE

Beatriz Jaccoud Ribeiro

Carlos Eduardo da Silva Alves

Angelica Dutra de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.18719140417**

**CAPÍTULO 18 ..... 194**

OCUPAÇÕES COTIDIANAS DE MORADORES DE UM SERVIÇO RESIDENCIAL TERAPÊUTICO

Maria Luisa Gazabim Simões Ballarin

Adilson Aparecido de Paiva

Bruna de Fátima Julio Zanelli

Fernanda Cristina Quessada Gimenes

Stephanie Bonifácio

DOI 10.22533/at.ed.18719140418

**CAPÍTULO 19 ..... 205**

REABILITAÇÃO VIRTUAL DO MEMBRO SUPERIOR EM PACIENTES PÓS ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL ASSOCIADA À TERAPIA POR CONTENSÃO INDUZIDA

Paula Fernanda Gallani Martin Del Campo

Manoela Sales

Gabriela da Silva Matuti

Rafael Eras-Garcia

DOI 10.22533/at.ed.18719140419

**CAPÍTULO 20 ..... 220**

SALA DE RECREAÇÃO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM TRATAMENTO HEMATO ONCOLOGICO: VISÃO DOS FAMILIARES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Roselene da Silva Souza

Rosane Seeger da Silva

DOI 10.22533/at.ed.18719140420

**CAPÍTULO 21 ..... 234**

UTILIZAÇÃO DA ROBÓTICA DE MEMBROS SUPERIORES EM PACIENTES PÓS ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL CRÔNICO

Danielle Mayumi Takeishe Ossanai

Eleanora Vitagliano

Gabriela da Silva Matuti

Rafael Eras-Garcia

DOI 10.22533/at.ed.18719140421

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 247**



## A PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E A INCLUSÃO ESCOLAR: UMA VISÃO COMPARADA A DOS SEUS PAIS/RESPONSÁVEIS

**Daniela Tonús**  
**Viviane Dutra Pires**

**RESUMO:** A deficiência é um tema de grande discussão e investigação há muito tempo. Apesar de estudos, avanços científicos e tecnológicos, ainda se observa um número significativo de pessoas com deficiência, seja ela adquirida ou congênita. Diante disso, salienta-se a necessidade constante de atenção, cuidado e planejamento por parte da sociedade e dos órgãos responsáveis, no que se refere aos direitos e deveres da população principalmente quanto ao processo de inclusão. Diante disso, buscou-se desenvolver uma pesquisa com o intuito de investigar a percepção do deficiente físico e de seus pais ou responsáveis sobre a inclusão escolar e como este processo está ocorrendo. Desenvolveu-se um estudo qualitativo que utilizou para a coleta de dados a realização de um grupo focal, com a participação de oito pessoas. Por meio desta pesquisa foi possível verificar inúmeras fragilidades relacionadas ao ambiente escolar e a sociedade de forma geral. Dentre elas, destaca-se a falta de recursos, preconceito, pouca qualificação por parte dos professores e exclusão. Considera-se que, de forma geral a sociedade necessita repensar e promover momentos de discussões e reflexões acerca das estratégias e ações realizadas.

Ainda, observa-se certa urgência no que se refere às leis e decretos para que, de fato sejam cumpridos, já que esta não é a realidade atual.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão Educacional; Pessoas com deficiência; Educação; Terapia Ocupacional;

**ABSTRACT:** Although the technological and information progress there is a meaningful number of people with disability in the country. These data evince the need of attention, care and planning by the society and responsible authorities, as regards the process of inclusion. Furthermore, the basement and appropriation of concepts, as well as the attitudes and skills deserve continuous attention and discussion between people involved, ensuring the control and possibility of acts that can help and contribute with this process. With that, was sought to develop this work with aim to investigate the perception of the physically handicapped and their parents or responsible about the educational inclusion and how this process is occurring. The research was realized through a qualitative study and used as instrument of data collect the execution of a focus group, with the participation of eight people. Through this research was possible to check countless weakness related to the educational environment and the society as a general form. Among them, stands out the lack of resources, preconception, poor qualification

by teachers and exclusion. It's considered that the society, as a general way need to rethink and promote moments of discussion and reflection about strategies and actions performed. Furthermore, is observed some urgency as regards the law and decree in order to be obey, since it's not the actual reality.

**KEYWORDS:** Educational inclusion, disabled person, disabled person defense.

**RESUMÉ:** Incluso con los avances tecnológicos y la información que hay un número significativo de personas con discapacidad en el país. Estos datos ponen de relieve la necesidad de atención, cuidado y planificación por parte de la sociedad y los organismos, en relación con el proceso de inclusión. Además, la fundación y la propiedad de los conceptos, así como las actitudes y habilidades merecen atención y discusiones en curso entre las personas involucradas, garantizando la zona y la posibilidad de acciones que pueden ayudar y contribuir a este proceso. Por lo tanto, hemos tratado de desarrollar este trabajo con el fin de investigar la percepción de las personas con discapacidad y sus padres o tutores sobre la inclusión escolar y cómo este proceso se lleva a cabo. La encuesta fue realizada a través de un estudio cualitativo y se utilizó como instrumento de recolección de datos dirigiendo un grupo especial con la participación de ocho. A través de esta investigación se observó varias deficiencias relacionadas con el ambiente de la escuela y la sociedad en general. Entre ellos, hay una falta de recursos, los prejuicios, la baja calificación de los maestros y la exclusión. Se considera que, en la sociedad en general necesita repensar y promover momentos de discusión y reflexión sobre las estrategias y acciones emprendidas. Aún así, cierta urgencia se observa con respecto a las leyes y decretos que en realidad son satisfechas, ya que esta no es la realidad actual.

**PALABRASCLAVE:**Inclusión Educativa; Personas con discapacidad; Educación

## INTRODUÇÃO

De acordo com dados do Censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>1</sup>, 45,6 milhões de pessoas possuem algum tipo de deficiência, sendo que 26,5% dessa população feminina e 21,2% masculina. Destas, 13,3 milhões apresentam deficiência motora e, 7,5 %, um total de 45,6 milhões, são crianças em idade escolar. Esses índices evidenciam o aumento no número de crianças que nascem com alguma deficiência.

Sabe-se que, há diversidade em relação à definição mais adequada de deficiência, sendo o modelo social atualmente o mais aceito. Este modelo classifica a deficiência como um aspecto da biologia humana, relacionando o corpo e a lesão à causa da opressão. Diferentemente, o modelo médico acredita que o corpo lesado é o único responsável pela exclusão do indivíduo, pois identifica a deficiência como um fenômeno no campo da patologia ou da anormalidade<sup>2</sup>.

Ainda, mesmo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 preconizando que, todo ser humano tem os mesmos direitos e deveres na sociedade,

isto não tem acontecido<sup>3</sup>. Discussões e reflexões em todo o mundo culminaram em decisões relevantes, como a Declaração de Salamanca responsável por debater amplamente a educação e promover as primeiras transformações no cenário da educação inclusiva.

A partir disso, criaram-se novas leis e decretos no Brasil, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 que garante a inserção de pessoas com deficiência em escolas onde “os pais ou responsáveis tem a obrigação de matricular seus filhos e ou pupilos na rede regular de ensino” (p.20)<sup>4</sup>. A escola é considerada o primeiro e principal espaço para o convívio e estímulo das diferenças, por ser o ambiente mais adequado para garantir o relacionamento dos alunos com seus pares e para promover todo o tipo de interação que possa beneficiar seu desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo<sup>5</sup>.

Nessa perspectiva, é na escola que a criança consegue visualizar e vivenciar as diferenças, enfrentando suas dificuldades. As pessoas com deficiência, assim como outras pessoas da sociedade, foram e ainda são estigmatizadas, porém é nesse espaço que se constrói e se aprende a viver em sociedade. A escola para todos ainda tem gerado amplos debates em relação a como promover e efetivar a inclusão de forma a estimular a autonomia dos alunos na diversidade. Ainda, a educação inclusiva é compreendida como a possibilidade de que a escola contribua para o aprendizado, socialização e diminuição do preconceito e apreciação pela diversidade humana<sup>6</sup>. Atualmente, as pessoas com deficiência são amparados por legislações a freqüentar o ensino regular, segundo a Lei de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica de 2001 no seu art. nº 2. :

[...]os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo as escolas organizar-se para o atendimento dos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. Permitindo assim que o aluno tenha as mesmas possibilidades de aprendizado ( p.3)<sup>7</sup>.

Assim, diante das mudanças na educação, esta pesquisa teve o intuito de, além de revisar a história da pessoa com deficiência no ambiente escolar, identificar as mudanças e as fragilidades que ainda possam existir nesse espaço. Dessa forma, este estudo buscou investigar percepção dos “cuidadores familiares” das pessoas com deficiência em relação ao processo de inclusão escolar, bem como compreender de que forma isso acontece nas escolas dos pesquisados.

Buscou ainda, verificar se a escola tem se configurado como um ambiente que favorece a autonomia e o convívio social, bem como descobrir se as pessoas com deficiência encontram-se inseridas ou integradas no ambiente escolar.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa foi realizada por meio de um estudo qualitativo, no qual se utilizou a técnica de grupo focal, que consiste em uma discussão em grupo. Considera-se

uma técnica importante para a produção do conhecimento por identificar pessoas que tenham algum traço comum ou compartilhem de questões convergentes em seu cotidiano<sup>8</sup>. Realizou-se um grupo focal com os pais ou responsáveis e com pessoas com deficiência física, totalizando oito participantes 4 deficientes físicos e 4 cuidadores familiares.

A população investigada é proveniente do Grupo de dança sobre rodas Extremus: dançando com as diferenças, do Departamento de Desportos Individuais do Centro de Educação Física e Desportos (CEFD) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), localizada no Município de Santa Maria, Rio Grande do Sul. O grupo de dança sobre rodas possui 19 bailarinos, sendo que 15 apresentam alguma deficiência física e os demais possuem deficiências intelectual. A escola regular é frequentada por 12 deles, 1 frequenta escola especial e os demais não estão atualmente inseridos em nenhuma escola. Neste estudo participaram 4 deficientes físicos: um com diagnóstico de encefalopatia crônica não progressiva e os outros 3 com diagnóstico de mielomenigocele. Todos com idades entre 10 a 15 anos, sendo 2 do sexo feminino e 2 do sexo masculino. Os cuidadores familiares foram 3 mulheres e apenas um homem. Esse grupo existe desde o ano de 2001, com o objetivo de proporcionar as pessoas com deficiência física vivências na dança, assim como convívio social.

Para o estudo, inicialmente, realizou-se contato com a professora e responsável pelo grupo para explicação, leitura do projeto e, após a autorização, desenvolveu-se a pesquisa, que foi avaliada e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria, em dezembro de 2014, com protocolo CAAE: 39202114.7.0000.5346. Os cuidadores familiares foram contatados previamente, bem como seus filhos por ligação telefônica para agendamento do encontro. No momento da realização do grupo, todos assinaram e receberam o termo de consentimento livre e esclarecido e uma cópia do projeto. O grupo focal foi realizado em um único encontro, numa sala do Ginásio de Esportes da Universidade Federal de Santa Maria, com duração de 1h e 32min. A discussão iniciou pela pesquisadora que lançou perguntas pré-estabelecidas de temáticas relacionadas ao tema. Os relatos foram gravados e depois transcritos na íntegra. Os critérios de inclusão da pesquisa foram: pessoas com deficiência, com cognitivo preservado, que estudassem em escola regular pelo menos a 2 anos, e com idade entre 7 e 20 anos. Para os cuidadores familiares os critérios foram: ter conhecimento em relação à situação escolar de seu filho e que aceitassem participar da pesquisa. Com o intuito de manter sigilo em relação à opinião dos participantes os mesmos foram identificados por meio de letras de A a E para alunos e de A a C para cuidadores familiares

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS**

A discussão dos dados foi realizada a partir do método de análise de conteúdo, que consiste em interpretar e dar sentido a falas dos participantes, enriquecendo os

dados coletados<sup>9</sup>. Foi realizado um grupo com oito participantes. Após a transcrição das gravações do grupo focal, realizou-se uma leitura criteriosa e análise dos dados, identificando-se questões que predominaram no discurso. Foram elaboradas duas grandes categorias a partir das recorrências sendo elas: *apontamentos em relação ao processo de inclusão escolar e socialização: o limite entre a autonomia e a exclusão*. Ambas serão discutidas no texto que segue.

## APONTAMENTOS EM RELAÇÃO AO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Nessa categoria analisaram-se questões referentes às fragilidades do processo de inclusão escolar, bem como a percepção dos participantes quanto ao sistema educacional, intensificando a discussão em relação à inclusão escolar no município de Santa Maria.

De modo geral, percebeu-se recorrência na opinião dos participantes sinalizando que, atualmente, o processo de inclusão escolar é permeado por descaso, falta de preparo e de cuidado por parte dos professores. Tonús e Wagner<sup>10</sup> em seu estudo realizado com professores da cidade de Santa Maria, estes ressaltaram que não sentem-se capacitados para de fato realizar um trabalho de qualidade que possa oferecer subsídios adequados para o desenvolvimento e aprendizado destes sujeitos. Os alunos ressaltaram impasses relacionados à condição oferecida pelos professores para o aprendizado dos mesmos, indicando problemas nas metodologias adotadas, conforme relato abaixo:

[...] enfim, ela dá aula teórica, daí o que acontece, ontem ela pegou e deu uma prova surpresa pra gente, com várias perguntas, que eu não pude responder, porque eu nunca participei e ela não dá nem Xerox. Porque se ela desse um Xerox com o texto explicando, tudo, a aula, daria pra eu saber e eu teria estudado, mas não, daí eu acabei zerando o negócio. (Aluno A)

Para Oliveira<sup>11</sup>, a política de inclusão da Educação Especial deve oferecer ao aluno o direito a educação, contudo, na realidade esse direito acaba por ser violado em determinadas situações, pois as escolas ainda sofrem com problemas relacionados à formação de professores, currículo, metodologia, entre outros. Ainda para a autora “[...] a inclusão pressupõe mudanças estruturais e atitudinais no sistema de ensino, nas escolas e nos seus projetos pedagógicos”(p.11).<sup>11</sup>

A inclusão escolar parte da premissa do acesso a todos os ambientes da escola, participando ativamente da alfabetização, possibilitando que este espaço tenha características heterogêneas, onde todos possam conviver<sup>12</sup>. A inclusão escolar foi planejada e vislumbrada de forma a contemplar aspectos ligados à diversidade, acesso a todos, materiais adaptados de acordo com as necessidades de cada indivíduo, contudo, o que se observa é que essa realidade está distante.

É muito complicado assim, porque tu vai, tu está num lugar diferente, tu se sente igual a todo mundo, mas as pessoas não te vêem como uma pessoa, um garoto normal.[...] tu pode perceber na aula de educação física na sala de aula está tudo

normal, todo mundo sentado, copiando, escrevendo, mas na aula de educação física que tu sente diferença, ah eu vou participar na atividade na quadra, jogar bola por exemplo. O pessoal não deixa, eu não tenho acesso à quadra. (Aluno B)

No relato acima se observa a fragilidade relacionada à acessibilidade física de espaços de circulação, bem como certo despreparo referente às didáticas utilizadas em turmas heterogêneas, que possam contemplar todos os alunos. Pesquisas apontam que a didática é reconhecida pelos docentes como um desafio e uma das inúmeras dificuldades, visto que, os mesmos não expõem as estratégias utilizadas em sala de aula.<sup>11</sup> Ainda, os cuidadores familiares dos alunos também apresentam opinião semelhante a respeito da inclusão escolar:

A inclusão ela está só no papel né, porque na realidade estas escolas não estão incluindo estão na realidade excluindo as crianças. (Pai A)

Sabe-se que a educação é direito de todos, conforme a legislação vigente. Para Silva (2013)<sup>12</sup>, quando se fala em inclusão relaciona-se ao conceito de pertencimento, assim a mesma objetiva oportunizar aos alunos e a sociedade em geral a sensação de bem estar, segurança, respeito e condições físicas e humanas para isso. Corroborando com essa discussão, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial preconizam que o professor possa reconhecer as necessidades educacionais especiais para então elaborar e programar estratégias e adaptações curriculares.<sup>7</sup> A inclusão visa transpor barreiras originadas pela sociedade, sendo estas atitudinais ou arquitetônicas, favorecendo que a pessoa com deficiência se sinta inserida socialmente.

[...] Colocando apenas numa salinha, eu vejo muitos deficientes, que tem um caso diferente do meu, que tem pouca fala ou ficam isolados num canto no pátio. Tipo ele não tem interação com os colegas, com a galera no pátio. (Aluno B)

Observa-se, durante a análise dos dados em muitos relatos atitudes excludentes e preconceituosas por parte da comunidade escolar, nesse caso, colegas e professores. A sociedade atual acaba por fixar uma imagem social do outro e a diferença transforma os indivíduos em meros estereótipos, acabando por discriminá-los. Segundo Esteban<sup>13</sup> a escola em seu modelo homogêneo de ensino exclui as possibilidades e limita determinadas características, não garantindo o direito do alunado. Ainda, a escola pode em muitos momentos estimular a exclusão por não produzir dinâmicas permitindo a apropriação do conhecimento e a interação social entre os colegas.

Dessa forma, se o aluno não se enquadrar nos padrões estabelecidos acaba por sofrer atos de segregação ficando marginalizado<sup>11</sup>. O conceito de inclusão permite um olhar ampliado em relação à sociedade, vislumbrando que, as pessoas com deficiência sejam tratadas da mesma forma e com as mesmas condições que o restante da população. A educação inclusiva já está alicerçada legalmente, porém são necessárias modificações no que se refere ao espaço da sala de aula e a convivência com os colegas e professores, evidenciados conforme texto abaixo:

A gente só está inserido pra passar uma imagem que a lei do governo está funcionando e aquela coisa toda. (Aluno B)

No relato, nitidamente observa-se domínio quanto às leis, sugerindo que a escola não esteja cumprindo o que lhe é exigido. De certa forma, observa-se um retrocesso, pois o que se identifica é que a escola promove a integração do aluno e não a inclusão. Conforme Zafani (2013), “no contexto da integração a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências” (p.51)<sup>14</sup>. Na integração, os alunos devem se adaptar à escola, buscando desenvolver suas habilidades, mesmo que não existam recursos adequados e sem um olhar diferenciado em relação às suas dificuldades. Nas falas aqui apresentadas os alunos relatam estar integrados em seu ambiente educacional, ao invés de estarem incluídos.

Necessita-se repensar até que ponto a escola inclusiva está sendo satisfatória para essas pessoas que sofrem, sentem-se frustradas, excluídas, justamente num local, onde deveriam existir atividades objetivando a aceitação, convívio social. Os pesquisados relataram que, um dos grandes problemas são as aulas de educação física, pois além de o professor não realizar atividades diferenciadas, acaba originando atos de preconceito e segregação, conforme relato:

E o preconceito na aula de educação física é muito grande, é muita “zoação”, é muita risadinha, tu não te sente parte daquilo ali. (Aluno C)

A sociedade necessita evoluir, aprender a inserir e superar o estigma para que se consiga construir uma realidade para todos, sem deixar uma parcela da população de lado. A exclusão e o preconceito foram salientados em muitos momentos pelos pesquisados, demonstrando que a sociedade não está preparada para o convívio com as pessoas diferentes. Para Kamimura (2007) “a exclusão parte de uma lógica perversa que envolve as relações sociais”(p.186)<sup>15</sup>.

Apesar de existirem muitas campanhas, informações da mídia e leis, percebe-se o quanto é difícil para uma pessoa com deficiência ser reconhecida e respeitada nos ambientes sociais. Está instituída na Resolução n.4, de 1 de outubro de 2009, que os alunos com qualquer tipo de deficiência têm direito a um profissional da educação que atue como apoio para a realização das atividades, que vão desde atividades pedagógicas até as de locomoção<sup>16</sup>. Porém, observa-se por meio dos relatos que a lei, neste quesito, não está sendo cumprida em algumas escolas.

Eu vou dizer por mim, eu fiquei desde a primeira série da D...e estou até agora, eu vou todos os dias, todas as tardes eu estou lá. Eu sou a monitora da D..., e aposto que se eu entrasse na justiça receberia, teria direito a ganhar.(Pai A)

Dessa forma, constata-se mais uma fragilidade do processo de inclusão, pois os pais em muitos momentos acabam por assumir uma responsabilidade que é da escola ou do governo. O monitor deveria estar presente para auxiliar e facilitar a aprendizagem, servindo como um suporte ao professor da turma. Os serviços de apoio, sendo um deles as monitoras, são fundamentais nesse processo de escolarização, auxiliando nas demandas atuais da educação, que hoje apresenta a inclusão como principal desafio<sup>17</sup>.

Para Silva<sup>12</sup>, as escolas devem propor no seu currículo materiais pedagógicos que favoreçam a inclusão escolar e práticas educativas especiais que atendam a todos os estudantes. Diante disso, deve-se trabalhar com ações pedagógicas que garantam o acesso da pessoa com deficiência em todos os espaços escolares, permitindo que ele execute as atividades da mesma forma que seus colegas, porém esse não foi o relato dos alunos, como se pode evidenciar:

A professora de português, ela não trabalha com livro, é só o trabalho que ela monta, e daí em toda aula de português eu tenho que lembrar professora, eu estou aqui, porque eu não entendo letra cursiva. (Aluno B)

No excerto acima se observa a falta de sensibilidade do professor quanto as metodologias adotadas em sala de aula. Na maioria das vezes, notam-se atitudes excludentes, fazendo com que, cada vez mais a pessoa com deficiência acabe por desacreditar das suas potencialidades, aumentando as frustrações. Para Minetto<sup>18</sup> devem-se fazer adaptações curriculares para cada aluno, lembrando que estas devem ser pensadas de acordo com a especificidade, peculiaridade e potencialidade deste, para que seja possível visualizar o processo de ensino e aprendizagem. A respeito disso, o Ministério da Educação disponibiliza dispositivos para que os professores aptem as atividades realizadas em sala de aula junto às pessoas com deficiência, porém, compreende-se por meio da pesquisa que, na maioria das vezes isso não é disponibilizado para o aluno<sup>12</sup>.

Tonús e Wagner<sup>10</sup> realizaram uma investigação no ano de 2010 junto a pais e professores para identificar a percepção dos mesmos em relação ao término das classes especiais e a inserção no ensino regular. Em seu estudo salientam que os professores não se sentem capacitados, gerando insegurança para realização de um trabalho de qualidade.

O governo propôs modificações no ensino, se comprometeu em realizar medidas de capacitação e de apoio pedagógico para que os mesmos soubessem utilizar os mais diversos materiais adaptados disponíveis, além de prepará-los para essa nova realidade. Para Freitas<sup>19</sup> faz-se necessário matérias de apoio para o professor, pois não são os dispositivos legais que definem a inclusão e sim o modo como a escola está operacionalizada. O decreto legislativo nº 186/2008 preve a capacitação, contratação de professores com experiência em língua de sinais e braille, além de métodos de ensino mais adequados para cada indivíduo. Porém, para além do que é proposto pelo governo, devem existir medidas provenientes da gestão escolar com o intuito de fortalecer e ampliar a aprendizagem dos professores<sup>20</sup>. Estes contudo, precisam se sentir motivados a superar as dificuldades apresentadas, o que não parece ser a realidade evidenciada.

[...] só que todo o ano no mínimo duas vezes por ano tem seminário aos sábados, geralmente. Mas eles não deixam de ficar em casa para ir num curso, pra saber como lidar com crianças com deficiência, com adaptação na escola e depois eles reclamam é só vocês verem. Quando é um curso, seminário, pra lidar com cadeirantes na escola, geralmente quando vai é só a educadora especial. A



professora normal de classe não vai, nunca foi em nenhum seminário, nem pra saber como leva um aluno. (Pai B)

A questão motivacional no ambiente escolar é determinante para a qualidade da aprendizagem e para o desejo de ensinar. A motivação vem de aspectos diferentes para cada indivíduo. Para Pimenta<sup>21</sup> a motivação no ambiente educacional consiste na adaptação de cada indivíduo no seu processo de trabalho. Moreira<sup>22</sup> em sua pesquisa sobre “A motivação e o comprometimento do professor na perspectiva do trabalho docente” encontrou como motivação dos professores, o reconhecimento e o aprendizado discente. Neste estudo um dos motivos que leva o professor a sentir-se desmotivado foi a falta de investimento do sistema na educação, em capacitações para a inclusão.

Acredita-se que a falta de capacitações ou o não comparecimento nestes cursos possam ocasionar o despreparo observados pelos pesquisados, pois os participantes da pesquisa em muitos momentos demonstraram tristeza e emoção ao relatar que os professores não os percebem como seres humanos, que estes não investem em educação de qualidade, pois não acreditam que possam ter sonhos, ambições, em tornarem-se profissionais competentes.

É que não passa na cabeça dessas pessoas, que somos seres humanos, que a gente também tem sonho de fazer uma faculdade, de virar um profissional competente. (Aluno B)

Apesar de todos os obstáculos e a falta de recursos, alguns alunos apostam que a escola é um meio para superar seus limites e alcançar sua independência<sup>23</sup>. Nos relatos dos participantes, se observa que os professores são hoje, a maior fragilidade no processo de inclusão escolar. Destacam que, as atitudes dos mesmos não são flexíveis, encontram-se desinformados e em muitos momentos tornam-se insensíveis e descompromissados com a educação desse aluno.

[...] Ele não viu que o mano não mexia a mão esquerda. Dai teve que ir a colega e dizer: o senhor não viu em um ano que ele não mexe a mão? É visão, sensibilidade e eles não têm. Totalmente insensíveis. (Pai A)

[...] Sabe porque acontece? Porque eles não chegam perto dos alunos especiais, eles não veem o outro lado. (Pai B)

Para Silva (2013) “o movimento inclusivo defende o envolvimento, a solidariedade e a cooperação onde se devem conhecer as potencialidades dos alunos e reconhecer as limitações” (p. 24)<sup>12</sup>. Entende-se que isso está muito longe de acontecer, pois a realidade evidenciada nessa pesquisa conta com a opinião de alunos de pelo menos cinco escolas da cidade de Santa Maria.

Outro aspecto importante, que na opinião dos participantes é a única potencialidade das suas escolas e que se configura como um serviço de apoio para os professores são as educadoras especiais. Esse profissional recebeu formação especializada nesta área e têm se dedicado e enfrentado alguns desafios frente às problemáticas da inclusão.

As educadoras especiais, elas fazem tudo que é possível pra gente, tem uma educadora especial que ela é espetacular, ela é uma professora incrível. Ela passa em reunião com os professores, só que parece que entra num ouvido e sai no outro. (Aluno B)

Nessa perspectiva, entende-se que, no contexto da inclusão escolar, o profissional especializado e o professor do ensino regular devem trabalhar juntos, dentro da sala de aula ou em prestação de assistência ao professor do ensino regular, fora da sala de aula. Essas duas estratégias são poderosas para instrumentalizar o professor e favorecer a mudança, transformando a escola em um espaço mais humanizado<sup>21</sup>.

Assim, compreende-se que, as escolas apresentam muitas fragilidades, mesmo em um momento histórico e cultural em que se preconiza uma escola inclusiva na qual todos devem ser respeitados e valorizados. Compreende-se que, os professores devem buscar métodos para tornar o espaço heterogêneo, respeitando as pessoas com deficiência como seres humanos que possuem sonhos e desejos. Já as pessoas com algum tipo de deficiência, devem buscar os dispositivos que façam valer seus direitos e ocupar os espaços, tentando sempre articular com os professores estratégias para que a escola passe a ser um lugar de inclusão e não de exclusão como vem acontecendo.

## **SOCIALIZAÇÃO: O LIMITE ENTRE A AUTONOMIA E A EXCLUSÃO**

Nessa categoria analisaram-se quesitos referentes ao convívio social na escola, bem como, se buscou identificar até que ponto a mesma favorece a autonomia do aluno por meio de atividades, discussões, exemplos, acessibilidade e principalmente, permitindo a ele a possibilidade e independência de ir e vir.

De modo geral, a opinião dos participantes no que tange o convívio social, indica que a escola não se caracteriza como um espaço de relações de amizade, pelo contrário, a maioria dos colegas demonstra desprezo. Ainda, salientam que, a maioria das escolas freqüentadas não são acessíveis, contribuindo para o isolamento e exclusão.

A organização e a arquitetura dos espaços físicos podem ser uma barreira ou um facilitador para que ocorra a inclusão escolar. Conforme Almeida *et al*<sup>24</sup> a acessibilidade nas escolas pode aumentar a participação da criança, ampliando sua interação dinâmica e recíproca do ambiente, interferindo diretamente nas demandas e atividades que a escola propõe e no desempenho deste aluno.

[...] Ai do professor que quiser dizer que não. Logicamente que tu compra briga com professor, porque sempre tem aqueles, que olha é banheiro de professor, aluno não pode vir. Não tem banheiro adaptado, rampa só na entrada, não tem calçada e nas salas não tem rampa (Pai B)

Conforme os relatos percebe-se que as escolas não oferecem o mínimo de condições para o melhor desempenho e autonomia do aluno, não cumprindo o que a Lei assegura. O Brasil possui uma Lei Federal do Plano de Infraestrutura das

Instituições 10.098/2000 e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 9050/2004, que asseguram o direito a acessibilidade a todas as pessoas, com ou sem deficiência. Auxiliando a inserção social, possibilitando a pessoa com limitação acesso a escola, saúde entre outros espaços<sup>5</sup>. Contudo, a realidade evidenciada, não condiz com a lei, pois as escolas dos participantes da pesquisa não oferecem espaços de livre circulação, nem mesmo materiais adaptados às suas necessidades. Esse fato acaba por gerar dependência dos alunos, na maioria das vezes, conforme relato:

Eu já caí umas duas ou três vezes por causa desta questão da cadeira, do terreno ser desparelho. Eu caí quando estava me deslocando, fui subir à calçada, estava com a mochila no colo, eu estava com a mochila aqui no colo e a cadeira não tem a lateral dela. Eu fui subir embalado e a cadeira virou, eu raspei a testa, machuquei os dedos da mão. (Aluno B)

Diante do relato acima se pode perceber as dificuldades enfrentadas por estes alunos e em alguns momentos a negligência dos professores:

Uma vez caí também, só que não foi culpa minha e sim do professor, não por eu ter caído e sim, por ele ter visto e, quem me juntou não foi professor nenhum, foram meus colegas. E também o professor viu que eu estava caída e ele não falou pra minha mãe, fiquei cinco dias com a perna quebrada sem ninguém falar para ela. (Aluna C)

Esses acontecimentos demonstram o descaso do poder público diante das normas federais estabelecidas e também a falta de preparo dos professores para o auxílio do aluno. Diante disso, compreende-se que a escola ainda é um ambiente inapropriado no que diz respeito à acessibilidade e outros itens relevantes para que ocorra a inclusão de pessoas com deficiência.

O espaço escolar deve ser entendido como um ambiente social repleto de significados, sendo que, a maneira como são organizados os diferentes ambientes, bem como, a mobilidade, acabam repercutindo na dimensão pedagógica do processo<sup>24</sup>. Para Brandão *et al*<sup>5</sup>, as barreiras arquitetônicas desvalorizam as potencialidades, dificultando cada vez mais a interação com as demais crianças, isolando o aluno com deficiência e incentivando-o a desistir da escola.

Outra dificuldade relatada pelos alunos é em relação ao transporte escolar. Muitos alegam que, em dias de chuva não há transporte e, que o mesmo não possui acessibilidade, mais especificamente a rampa de acesso. Tal constatação é percebida como mais uma fragilidade do meio social que impede ou impossibilita que as pessoas com deficiência tenham autonomia. Um dos participantes relata que, há pelo menos trinta dias, solicitou um encaminhamento para que o transporte que fosse buscá-lo possuísse rampa de acesso, pois ele precisa levar sua cadeira motorizada para a escola devido a problemas na coluna, porém nenhuma atitude foi tomada pela Secretaria de Educação do Município, neste caso oferecendo ainda risco a saúde do aluno.

Não é só tu que passa por esse problema, ano passado eu não fui o ano inteiro na aula porque a van não queria me buscar (Aluna C)

Há varias barreiras sociais que acabam por desestimular os alunos a frequentar a escola, além de muitos impedimentos que, não possibilitam a independência, acabando por causar situações de constrangimentos e segregação, o que na maioria dos casos faz com que ocorra o isolamento social. Como relatado por uma participante do grupo:

Porque eu até hoje sou uma pessoa muito fechada, se eu tenho amigos é porque eles me procuraram. Não fui eu que os procurei. Na hora do recreio sempre que todo mundo ficava em um grupo de amigos, eu ficava sozinha na minha sozinha. (Aluno A)

O excerto salienta quanto a acessibilidade e o convívio social caminham juntos e como este convívio está fragilizado devido a tantos empecilhos de ordem física e social. Para Monteiro<sup>26</sup>, a vida social apresenta um crescimento rápido e requer que as capacidades comunicativas e emotivas, assim como o repertório de estratégias que permitam a negociação no ambiente social, principalmente na escola, estejam equilibradas e que o aluno perceba-se competente e autônomo para conseguir se envolver em grupo. Evidencia-se, por meio da pesquisa, o isolamento social e não uma vida em grupo, onde a falta de interação acaba por causar um sentimento de inferioridade provocando exclusões e indiferença<sup>27</sup>.

Às vezes alguém me levava para o recreio, alguém vinha me ajudar por vontade própria. Às vezes eu tinha que pedir, alguém me ajuda, por favor. (Aluno D)

Essa opinião demonstra a fragilidade de um ambiente escolar que não proporciona acesso e que não valoriza a necessidade do outro, permitindo que o aluno se sinta excluído, não conseguindo conviver com os outros. Para Monteiro (2012)<sup>26</sup>, as diferenças individuais acabam por interferir diretamente no sucesso e na adaptação da convivência em grupo, refletindo na interação social, pois na maioria dos casos o grupo não consegue aceitar o indivíduo que apresenta alguma diferença visível. Para os pais dos pesquisados é isso que tem acontecido nas escolas.

Não, em escola não, porque a D...não tem feito amizade assim de visitar não... Tinha uma menina que há dois anos ia lá em casa, mas depois comecei a ver que ela ia usar a D... A D...era o refúgio dela. Na escola ela tem os colegas, mas que tem os bolinhos deles, ela não tem amigos na escola. (Pais B)

Dessa maneira, espaços como a escola tem sido um local de segregação e preconceito, diminuindo cada vez mais as oportunidades dos alunos. Esse é mais um dos motivos que ocasionam a não permanência na escola de muitos dos pesquisados. O fato de não pertencerem a um grupo de amigos e de não serem aceitos por nenhum grupo, além dos demais problemas já citados, fazem com que fiquem mudando de uma escola para outra. Segundo Silveira *et al*<sup>28</sup>, observa-se que os alunos com deficiência passam a maior parte do tempo que estão na escola sozinhos, apresentando dificuldades em manter contatos sociais.

Outra problemática relacionada ao convívio social e a acessibilidade observada na pesquisa é o fato que, além das escolas estarem excluindo e não oferecendo o

mínimo de recursos para que o aluno sinta-se inserido na comunidade educacional, existem outros espaços sociais apresentando os mesmos problemas. Observou-se que, o município oferece carência de espaços para qualificação com acessibilidade. Na pesquisa foi relatada tal dificuldade.

[...] Passei uma tarde, na verdade mais, telefonando procurando cursos para o C. Tu não encontras, tu não encontras nem público nem privado. Tu não encontras uma escola de línguas que tenha acesso, no mínimo vai ter dois ou três degraus. Um curso de informática, têm vários aqui na cidade, mas sem acessibilidade. (Pai A)

Na opinião do cuidador familiar se evidencia a dificuldade de inserção social em espaços públicos. Para Ribeiro (2013)<sup>29</sup>, a acessibilidade hoje é necessária em todos os ambientes, sem a presença de barreiras, para que ocorra a inclusão e o convívio social, a sociedade deve oferecer todo o suporte e oportunidades de forma igual a todos os usuários.

Assim, percebem-se as inúmeras dificuldades presentes no ambiente escolar e na sociedade que, estão cada dia mais, reforçando a exclusão. A pesquisa possibilitou o conhecimento de fragilidades no processo de inclusão escolar, que salientam a permanência da segregação e atitudes preconceituosas gerando afastamento e isolamento social. Estes indicativos consideram que, atualmente, as escolas pesquisadas não estão incluindo o aluno com deficiência, mas sim, integrando-os socialmente. A integração escolar é a inserção parcial, sem nenhuma mudança no processo de escolarização e tem uma visão fechada, sem considerar as especificidades de cada indivíduo, onde os estudantes são agrupados a partir das suas necessidades especiais e o seu não desenvolvimento e fracasso escolar é sua responsabilidade<sup>9</sup>.

A proposta da inclusão escolar acaba por romper com a ideia de integração escolar, pois ela defende que, não é o indivíduo que precisa adaptar-se para fazer parte do sistema educacional e sim a escola que deve inovar adequando-se para atender a toda a demanda. A inclusão defende uma mudança de proposta de ensino, que favoreça e permita a participação de todos os alunos<sup>20</sup>. Essa distinção que já foi discutida anteriormente requer atenção novamente e, acima de tudo, medidas para que de fato o conceito seja condizente com a realidade social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo trouxe considerações quanto ao processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência. A pesquisa evidenciou atitudes que enfatizam o quanto a sociedade não está preparada pra aceitar e compreender as potencialidades da pessoa com deficiência. Dessa forma, compreende-se que, os objetivos propostos foram alcançados, destacando aspectos relevantes e de seriedade em relação às escolas e a sociedade como um todo. Identificou-se, certa urgência no investimento por parte dos professores em cursos preparatórios para aprimoramento dos conhecimentos. Além disso, acredita-se que as escolas poderiam fazer grupos de estudos, debates,

para motivar e auxiliar os professores a enfrentar o desafio de tender a demanda apresentada pela inclusão.

Ainda, elencaram-se dificuldades que merecem atenção e organização por parte dos gestores no que tange a aquisição de materiais pedagógicos adaptados que atendam as necessidades dos alunos com deficiência. Existe certa incoerência entre as propostas do Ministério da Educação e o que está sendo oferecido para os alunos, bem como um desrespeito às leis e despreparo dos professores. Ainda, as escolas, na sua maioria, não possuem acessibilidade para que o aluno com deficiência consiga circular livremente sem necessitar de auxílio. Esses quesitos, somados aos demais, acabam por gerar sentimentos negativos aos alunos em relação à escola, sentindo-se excluídos do sistema educacional.

Cabe destacar que, em muitos momentos, a pesquisa destacou uma das fragilidades, como sendo o convívio social das pessoas com deficiência, excluídas. Outra questão revelada é o fato de que, em virtude dos aspectos já citados, os alunos se tornam dependentes de terceiros, gerando sentimento de inutilidade, tristeza, vergonha e desamparo, desestimulando-os.

Por meio desse estudo é perceptível que os aspectos negativos acabam interferindo no processo de inclusão escolar implantado, descaracterizando a diversidade e reforçando atos de exclusão, não permitindo que os alunos com deficiência consigam conviver em sociedade de forma autônoma.

Considera-se ainda que, a sociedade precisa de mudanças em relação à inclusão e as leis federais precisam ser cumpridas. A inclusão escolar caracteriza-se por um processo lento, mas diante de tantos anos de implementação, percebe-se pouco avanço. É necessário que o conceito incluir seja de fato seguido, respeitado a partir da lógica do pertencimento, não apenas aceitando as pessoas com deficiência na escola, mas sim, permitindo que elas sejam parte dessa educação heterogênea, tão discutida atualmente.

## REFERÊNCIAS

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **CENSO DEMOGRÁFICO 2010**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/default\\_SCN\\_2010.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/default_SCN_2010.shtm)> Acessado em: 20 set. 2015.

SQUINCA, F. **Deficiência em questão**. 4ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n. 20, de 15-12-1998. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9394, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acessado em: 20 agost. 2015

BRASIL. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular**. Brasília (BR), 2004 Disponível em: <[http://www.paulofreire.org/wpcontent/uploads/2012/Ed\\_Inclusiva/cartilha\\_acesso\\_deficientes.pdf](http://www.paulofreire.org/wpcontent/uploads/2012/Ed_Inclusiva/cartilha_acesso_deficientes.pdf)> Acessado em: 29 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília (DF), 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acessado em: 22 ago.2015

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: legislação educação especial. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília (DF), 2011. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acessado em 10 set. 2015

ARAÚJO, P L; MELO, W P. **Grupo focal na pesquisa em educação**. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal do Piauí. Piauí, 2012. Disponível em <[http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.3/GT\\_03\\_10\\_2010.pdf](http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.3/GT_03_10_2010.pdf)> Acessado em: 20 set. 2015.

GRIGOL, M; GARBIN, M. **Os Paradigmas da inclusão escolar na sociedade atual**. 2007. EBAH: Compartilhamento de arquivos acadêmicos. Paraná, UFPR, 2007. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/educacao-artigos/a-sociedade-e-os-paradigmas-da-exclusao-e-da-inclusao-392815.html>>. Acessado em: 4 set.2015.

TONÚS, D. WAGNER, L.C. **Inclusão em escolas regulares: percepção de pais e professores de crianças e adolescentes com deficiência**. Ciência em Movimento, Ano XV, Nº 31, 2013/2 Disponível: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ipa/index.php/EDH/article/viewFile/165/122>>. Acessado em: 5 set.2015

OLIVEIRA, Marta Kohl. . **Políticas públicas para a educação especial: uma análise teórico-documental**. São Paulo: Scipione, 2009.

SILVA; R.C.C. **Inclusão escolar: entre o discurso e a prática**. Dissertação. (Licenciatura em Pedagogia)- Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

ESTEBAN, M. T. **A avaliação no cotidiano escolar**. In: ESTEBAN, M.T. (Org.) Avaliação uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, P.7-28.

ZAFANI; M. D. **Percepção de pais e professores acerca do desempenho de crianças com deficiência física em atividades no contexto escolar**. Dissertação (Pós-graduação em Filosofia)- Universidade Estadual Paulista. Marília, 2013

KAMIMURA, A.L.M. **Os princípios da inclusão e exclusão: uma relação sutil**. Interfaces: cultural e comunidade. vol.2 nº2. 2007. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/6744>>. Acessado em: 21 ago. 2015.

BRASIL, **Portaria n. 3.284**, de 7 de novembro de 2003. Brasília: MEC. 2003. 3 p. Disponível em: . Acesso em:28 de outubro de 2016.

BATISTA, C P. **A percepção dos alunos com deficiência sobre a inclusão escolar: o que revelam as pesquisas**. In: VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. **Anais.**: São Carlos,2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT01-2013/AT01-051.pdf>>. Acessado em: 03 maio 2015

MINETTO, , M.F. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2ª ed.Rev.Atual. Ampl. – Curitiba: Ibpex, 2008

FREITAS, S.N. **Diferentes contextos de educação especial/inclusão**- Programa de apoio á pesquisa em educação especial. Santa Maria,Palotti; 2006

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Resolução nº 4. Institui diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado, na modalidade Educação Especial. CNE/CEB. 2009. Disponível em: <<http://peei.mec.gov.br/arquivos/>>

politica\_nacional\_educacao\_especial.pdf>.Acessado em: 05 agost. 2015

MOREIRA, J.P. **Fatores que influenciam na motivação dos professores. Revista Eletônica Lato sensu- UNICENTRO, ed.8.,2008.** < disponível em: > Acessado em: 30 agost.2016

PIMENTA;S.M. **Relacionamento humano e a motivação no trabalho do docente. Revista Eletônica Lato sensu- UNICENTRO, ed.8.,2008.** < disponível em: > Acessado em: 30 agost.2016

PINOLA; A.R. et al.**Inclusão escolar, Formação de professores e a assessoria baseada em habilidades sociais educativas.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 20, n. 3, p. 341-356, Jul.-Set., 2014.

ALMEIDA, K M. et al. **O espaço físico como barreira á inclusão escolar.** Cad. Ter. Ocup. UFSCar,São Carlos, v. 23, n. 1, p. 75-84, 2015

BRANDÃO, S. B. et al **Ambientes inclusivos na educação infantil: possibilidades e impedimentos.** Psicologia em estudo, Maringá, v.15, n.01, p.117- 126, 2010.

MONTEIRO; E.C.B.V. **A interação lúdica com os pares, aceitação social e amizades recíprocas em contexto pré-escolar.** Dissertação ( Mestrado em Psicologia Educacional)- Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e da vida. Cidade. 2012.

ALVES, T P .et al. **Inclusão de alunos com surdez na educação física escolar.** Revista Eletrônica de Educação, v. 7, n. 3, p.192-204, 2013. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br>>. Acessado em: 05 maio 2015

SILVEIRA; K. A. et al **Concepções de professores sobre inclusão escolar e interações em ambientes inclusivo: uma revisão de literatura.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 18, n. 4, p. 695-708, out.-dez., 2012

RIBEIRO; M.L.F. **Acessibilidade arquitetônica nas escolas públicas da cidade de Ipóragoias.** Monografia (Licenciatura em Educação Física). Universidade Federal de Goiás. Iporá, Goiás, 2013.



## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**ANELICE CALIXTO RUH** Fisioterapeuta, pós-graduada em Ortopedia e Traumatologia pela PUCPR, mestre em Biologia Evolutiva pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Prática clínica em Ortopedia com ênfase em Dor Orofacial, desportiva. Professora em Graduação e Pós-Graduação em diversos cursos na área de saúde. Pesquisa clínica em Laserterapia, kinesio e linfo taping.

